EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E EVASÃO ESCOLAR: ANÁLISE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO DISTRITO FEDERAL

Mariana Camargo Rocha

Resumo: Há muitos anos, o coordenador de curso deixou de ser o profissional responsável apenas pelos cuidados pedagógicos do curso. Este profissional assume papel de destaque nos processos acadêmicos e, assim, atribui-se-lhe a responsabilidade de evitar, dentre outros fenômenos, a evasão escolar - a qual está presente em todas as modalidades de ensino, mas ainda é predominante na educação a distância. O objetivo deste estudo é, então, verificar como este agente pode contribuir para a redução da evasão escolar. Trata-se de um estudo qualitativo, com enfoque descritivo, realizado em uma instituição de educação superior da Região Administrativa de Ceilândia/Distrito Federal/Brasil. Constatou-se que mais de 80% dos estudantes em situação de evasão escolar estiveram afastados das atividades acadêmicas por mais de 5 anos. Por outro lado, 30% dos entrevistados atribuíram dificuldade de acesso ao Sistema EAD.

Palavras-chaves: Evasão escolar; Educação a distância; Educação superior; Coordenação de curso.

Abstract: For many years the course coordinator is no longer responsible only for the pedagogical aspect of the course. This professional takes an active player in academic formation processes and he has the responsibility to avoid, among other phenomena, the cause of school evasion - it is present in all types of education, but more prevalent in distance-learning courses. The purpose of this study is to describe how this professional may help to reduce school evasion. This qualitative study has a descriptive focus and it was carried out in a higher learning institution in an Administrative Region of Ceilandia/Distrito Federal/Brasil. This article found that more than 80% of the school-leavers are out of academic activities more than 5 years. On the other hand, around 30% of respondents indicate difficulty in accessing the EAD System.

Keywords:. School Dropout; Distance learning; College education; Course Coordination.

Introdução

Como a inserção tecnológica teve um grande avanço na década de 90, vivencia-se uma realidade em que se utilizam os meios tecnológicos como uma forma de inclusão social e quase que completamente necessário ao conhecimento do saber (PRETTO, 2008). Esse impacto permeia vários constructos sociais e com a educação não é diferente. A tecnologia da informação é considerada como um fator determinante na evolução da educação e a educação a distância (EAD) é vista como a possibilidade de formação de profissionais, cujo perfil é de

autonomia (OLIVEIRA, 2006). Em uma perspectiva social, Belloni afirma que o processo de socialização das novas gerações inclui necessária e logicamente a preparação de jovens indivíduos para uso dos meios técnicos disponíveis na sociedade, seja o arado, seja o computador. (BELLONI, 2001)

A definição da EAD não é apresentada de uma maneira uniforme pela literatura especializada, de modo que, o presente trabalho adotará aquela indicada por Belloni (2012), na qual apresenta a EAD como sendo uma forma não presencial de oferta do ensino em que se tem a separação física entre professores e estudantes. No mesmo sentido, Vergara (2007) dispõe que a EAD é uma modalidade de ensino segundo o qual alunos e professores não compartilham uma mesma sala de aula física, porém, o processo de ensino-aprendizagem é mediado por algum recurso tecnológico capaz de facilitar a interação.

No âmbito legislativo, o Decreto nº 5.622/05 define a EAD como sendo:

> modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

No Brasil, as normas que regulam a educação superior estão pautadas em basicamente três leis assim distribuídas: Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/14 e Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) – Decreto 6.094/07.[1] Essas disposições legais têm a finalidade de regular as bases principiológicas da educação, capaz de propor um plano de desenvolvimento educacional com objetivo de elevar o nível acadêmico, reduzir as desigualdades regionais, sociais e democratizar a gestão do ensino público. O PNE estabeleceu como uma das prioridades do Brasil, nos dez anos subsequentes à sua publicação, a expansão de sistemas de informação em todos os níveis e modalidades de ensino, como forma de ensejar a democratização do ensino em âmbito nacional.

Igualmente, e a seu turno, a Lei de Diretrizes e Bases consignou em seu artigo 43 que a educação superior tem, entre outras finalidades, formar diplomados aptos a trabalharem em setores profissionais e com capacidade de participarem no progresso da sociedade brasileira. Para tanto, incluiu em seu texto normativo, art.80, o dever do Poder Público de promover e incentivar programas de ensino a distância e educação continuada.

> Art. 43. A educação superior tem por finalidade:
>
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
>
> Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Nessa perspectiva, observa-se que o Governo Federal, há mais de dez anos, percebia a necessidade de promover medidas diferenciadas na educação superior com vistas a proporcionar um desenvolvimento social e econômico no país. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um exemplo da movimentação governamental no fomento ao sistema da EAD. Esse programa, instituído em 2006, por meio do Decreto nº 5.800, busca ofertar cursos de ensino supe-

[1] O PNE é o plano nacional de educação, inicialmente estabelecido pela Lei nº 10172/01, àquela época teve sua vigência alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Contudo, em 2009 a EC 59/09, deu status de exigência constitucional, determinando a criação de norma federal, com vigência de dez anos, que seja capaz de articular o sistema nacional de educação hábil ao desenvolvimento do ensino em todos os níveis.

rior à distância à parcela da população que tem dificuldades ao acesso da formação universitária.[2]

De acordo com o cenário normativo vigente e as novas demandas educacionais, não é possível imaginar que somente as instituições públicas tenham buscado a oferta de cursos e disciplinas pelo sistema EAD. As instituições de ensino superior privado também têm incluído em seus planos de desenvolvimento pedagógico disciplinas na modalidade à distância, o que demonstra cada vez mais a necessidade de se estudar algumas características inerentes a esta modalidade de oferta educacional.

Nessa linha, a presente pesquisa propõe uma análise reflexiva sobre os obstáculos à efetividade da educação a distância junto à educação superior, e as mediações gerenciais possíveis à sua superação, partindo de uma análise sobre este fenômeno em uma Instituição de Educação Superior Privada do Distrito Federal.

A educação a distância e alguns fatores de evasão escolar

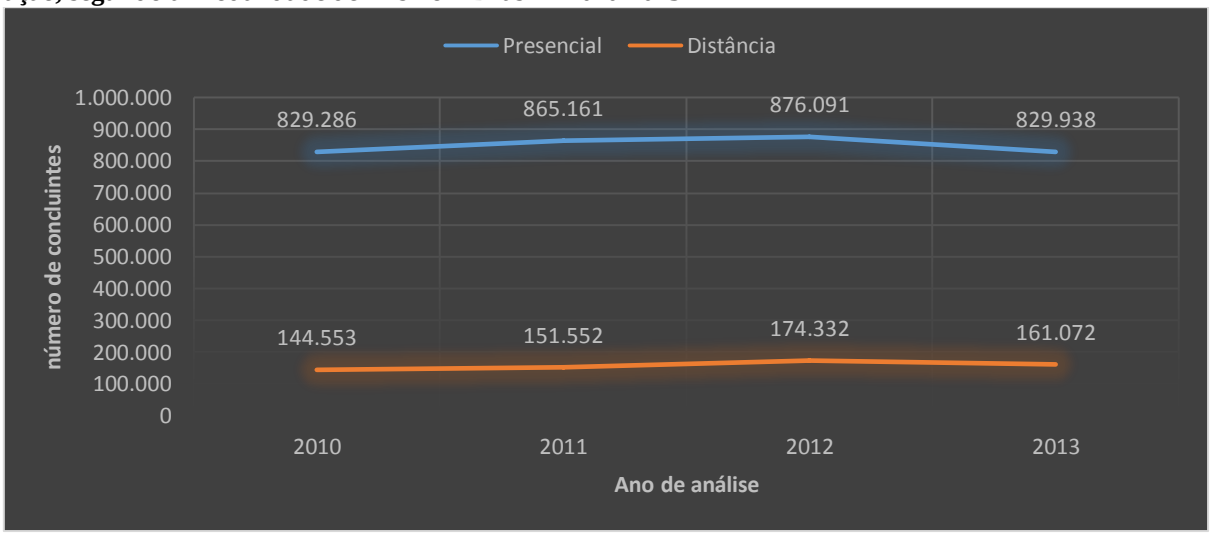
A educação a distância possui como atributo à sua identificação o distanciamento físico entre professor(es) e aluno(s), o que coloca em realce a necessidade de se analisar os regimes de presencialidade relacionados à essa técnica de ensino. Quando se trata de educação a distância há um rompimento no cenário exclusivamente presencial. Como citado por Pretto (2008), as novas formas de interação social permitem o surgimento de novas atividades humanas, causadas pela transversalidade da cultura digital. A dinâmica das tecnologias interativas traz consigo outra concepção e expectativa dos sujeitos envolvidos, haja vista que suas formas de atuação são potencialmente mais inovadoras.

Moran (2008), acrescenta que as novas definições de presencialidade são capazes de promover "um intercâmbio maior de saberes, possibilitando que cada professor colabore, com seus conhecimentos específicos, no processo de construção do conhecimento, muitas vezes a distância." Ainda no mesmo sentido, Ferreira (2015) coloca que no ensino a distância o aprendizado naturalmente se desenvolve em local diverso, o que, por sua vez, exige técnicas especiais de criação, instrução e comunicação por meio de várias tecnologias.

Dessa análise inicial, verifica-se um dos desafios à operacionalização da educação a distância é a adaptação dos sujeitos envolvidos nessa relação educacional mediada com separação física. Em 2013, o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstrou que a oferta de cursos de graduações a distância chegou a atingir o maior percentual de crescimento: 35,3%, no período compreendido de 2010 até 2013. Isso demonstra que, gradualmente, os brasileiros estão inserindo essa modalidade de ensino em seu cotidiano. Contudo, o mesmo relatório verificou que no ano de 2012, houve uma redução de 7,6% no número de concluintes. Enquanto que na modalidade presencial houve uma queda de 5,3% em 2013 em relação ao ano de 2012 (FIGURA 1).

[2] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/educacao-a-distancia-uab/4144-o-que-e>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

Figura 1: Evolução do Número de Concluintes (Processo Seletivo e Outras Formas) em Cursos de Graduação, segundo a Modalidade de Ensino – Brasil – 2010-2013



Fonte: INEP (2013)

Nessa mesma linha de pesquisa, a Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED) publicou em 2013 um censo sobre vários aspectos relacionado à EAD no Brasil. As instituições participantes da pesquisa são de diversas categorias, de modo que a análise extraída para o presente trabalho considerou apenas os dados fornecidos de acordo com as instituições denominadas formadoras. No citado relatório, foi disposto que nos cursos presenciais com disciplinas ofertadas à distância o índice de evasão foi superior a 10% dos alunos matriculados. De modo que, no questionário realizado foram consideradas, naquela oportunidade, como as principais causas de evasão: a falta de tempo para estudar e participar do curso, acúmulo de atividades no trabalho e a falta de adaptação à metodologia.

Em que pese as bases de dados acima possuírem um aspecto bem generalista, é perceptível que houve evasão em índices consideravelmente altos nos cursos/disciplinas ofertadas à distância.

Desse modo, a presente pesquisa seguirá delimitando sua área de análise, haja vista a necessidade de considerar, de uma maneira mais precisa, os possíveis fatores de evasão dos discentes nas disciplinas em EAD em determinado contexto social.

A análise documental foi realizada a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional do Grupo Projeção, unidade de Ceilândia, no Distrito Federal, bem como pelo último relatório da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), do qual se extraiu dados imprescindíveis à contextualização do público que participou da entrevista que se seguiu.

O público observado pertence à população acadêmica do curso de Serviço Social, do grupo Projeção da unidade de Ceilândia, no Distrito Federal. Sendo que o levantamento das informações inicialmente se deu pelo método qualitativo, porquanto: "é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico, etc." (FREITAS, 2013, p.34)

Nessa perspectiva, para melhor identificação do ambiente escolhido, importa descrever que o Grupo Projeção no âmbito da educação superior possui cinco unidades distribuídas nas regiões administrativas do Distrito Federal, as quais compreendem: Taguatinga, Tagua-

tinga Norte, Guará, Ceilândia e Sobradinho. Nessas unidades são oferecidos 20 cursos superiores distribuídos em níveis de graduação e tecnólogos, da seguinte maneira: Escola de Negócios: Administração, Ciências Contábeis Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Marketing, Secretariado Executivo Bilíngue, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Gestão Pública, Tecnologia em Logística; Escola de Formação de Professores: Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia; Escola de Tecnologia: Sistemas de Informação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Sistemas para Internet (Ênfase em Dispositivos Móveis); Escola de Ciências Jurídicas e Sociais: Direito **e** Serviço Social.

A unidade de Ceilândia encontra-se situada na Região Administrativa do Distrito Federal com maior nível populacional dentre as vinte e oito existentes, e proporcionalmente com a maior população de baixa renda do DF. Em nível de escolaridade, o relatório disponibilizado pela CODEPLAN em 2013, expôs que dos 454.335 habitantes, 149.950 possuem nível médio, 44.863 estão ou concluíram o ensino superior e aproximadamente 193.769 com nível fundamental.[3] Dessa maneira, verifica-se que a Faculdade Projeção de Ceilândia é caracterizada por atender uma população pertencente às classes "D" e "E", que potencialmente estão em busca de transformação social por meio do ensino. [4]

Em todo o grupo Projeção havia aproximadamente 10.014 alunos matriculados nos cursos de nível superior, no primeiro semestre de 2015 e 9.826 (nove mil oitocentos e vinte e seis) no segundo semestre de 2015.[5] Considerando o ambiente escolhido foi realizada uma consulta na disciplina de Metodologia Científica do curso de Serviço Social da unidade de educação superior da Ceilândia do Grupo Projeção, correspondente aos períodos de 1º/2015, 2º/2015 e 1º/2016 com o apoio do Núcleo de Educação à Distância (NEAD), que é o setor responsável pelo suporte tecnológico das disciplinas ofertadas em modalidade de ensino em EAD. Possui funções e atribuições inerentes ao acompanhamento e controle dos procedimentos relacionados às disciplinas virtuais. Nesse sentido, o processo de consulta dos dados levantados para o presente trabalho foi adquirido com o auxílio técnico desse respectivo setor.

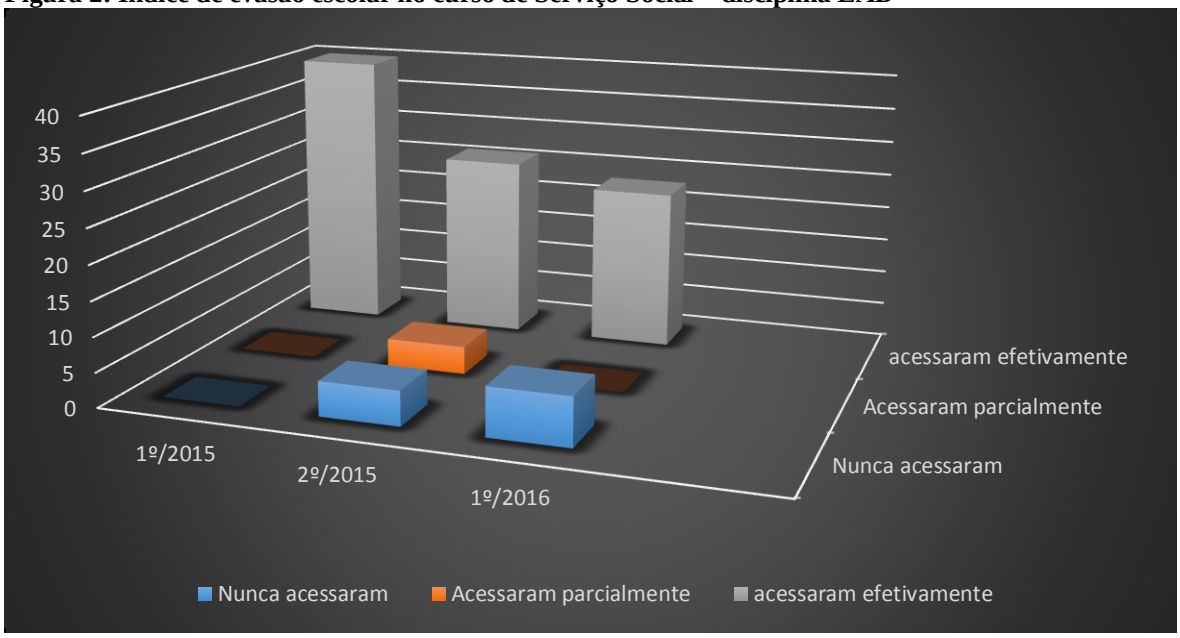
Inicialmente, foram verificados quais os discentes estavam efetivamente enturmados na disciplina em análise. Nessa ação, foi selecionado o papel do estudante no Moodle, com a periodicidade de acesso. Na listagem são apresentados os estudantes que nunca acessaram, os que acessaram parcialmente e os que acessaram efetivamente. Na evolução do aluno, considerou-se como estudantes que nunca acessaram aqueles que jamais entraram na plataforma da disciplina; já aqueles considerados que participaram parcialmente, somente passaram a acessar o sistema e realizar as atividades após a provocação/comunicação do supervisor e aqueles considerados como acessados efetivamente, integram o grupo de alunos que desenvolveram na disciplina sem que tivesse qualquer intervenção mais incisiva do supervisor.

Nesse panorama, é possível verificar que no ano de 2015 e 1º semestre de 2016 houveram estudantes em quantidade significativa que necessitaram de uma atenção maior dos supervisores e tutores da disciplina. Uma observação pertinente ao momento da pesquisa se volta ao conceito atribuído à evasão. Para o Ministério da Educação (MEC), considera-se evadido quando há "saída definitiva do aluno de curso de origem, sem concluí-lo" (BRASIL/MEC, 1996)

[3] Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br>. Acesso em: Acesso em: 10 de julho de 2016.
[4] De acordo com o extrato realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP) considera-se inserido na classe econômica D e E aquelas pessoas nas quais a renda média domiciliar é de R$ 639,00 (seiscentos e trinta e nove reais) por mês.
[5] Dados extraídos do sistema phidelis/projeção em julho de 2016.

A literatura considera que somente é possível se ter a certeza da evasão após o termo final do período máximo para conclusão do curso ou disciplina, normalmente após oitenta por cento de realização do curso/disciplina (GOMES, 1998). Para o presente trabalho, considerou-se evadido aquele que nunca acessou ou ainda que acessado parcialmente não realizou as atividades na plataforma e obtive reprovação (FIGURA 2).

Figura 2: Índice de evasão escolar no curso de Serviço Social – disciplina EAD



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do contexto, foi possível promover um paralelo com os três status apresentados pelo NEAD, de modo a possibilitar uma visão geral em porcentagem do desempenho de cada estudante que varia de 0 a 100%. Nesse passo, ficou demonstrado que em um período curto, um mesmo público, inserido em um mesmo contexto social, apresentou índices diferentes de desenvolvimento na disciplina observada. Para tanto, volta-se à indagação sobre os possíveis aspectos que podem ter influenciado uma turma ter 100% (cem por cento) de participação enquanto outra turma teve um índice de evasão consideravelmente alto quando comparado ao período anterior. A pesquisa buscou, a partir do modelo de variáveis preditoras, preparar um questionário demonstrativo que fosse capaz de apresentar os possíveis fatores de evasão e a partir daí traçar delineamentos mais precisos sobre sugestões paliativas à resolução da situação.

A estrutura do material contou com questões objetivas, fechadas, distribuídas a partir de quatros macros critérios que representam as características dos alunos, características da disciplina, comportamento do aluno e do supervisor e tutor e fatores inicialmente considerados relevantes à abordagem objetivada. Das características dos estudantes, questionaram-se sexo, idade, ano de conclusão do ensino médio, profissão, tempo semanal disponível para estudo e participação pretérita em cursos à distância. Das características da disciplina questionaram-se a modalidade, os tipos de atividades e a quantidade de avaliações. Quanto ao comportamento dos estudantes, a intenção foi verificar se estes possuíam computador em casa e quais as dificuldades mais comuns encontradas na disciplina. No que se refere ao comportamento do supervisor/tutor, buscou-se entender o nível de suporte e mediação realizados por estes agentes.

As respostas dos respondentes submetidos ao instrumento foram coletadas por meio de contato telefônico e via *e-mail*. O estudo contou com a participação de 16 (dezesseis) estudantes, os quais foram selecionados a partir da verificação primária demonstrativa dos que nunca acessaram e acessaram parcialmente. Sobre a coleta de dados, dos 16 alunos com perfil indicado à pesquisa, duas se recusaram a responder; seis estavam com telefone desligado ou fora de área; uma estudante estava com o número errado no sistema. Assim, 7 pessoas efetivamente participaram da pesquisa. O Quadro 1 apresenta os resultados desta etapa da pesquisa.

Quadro 1: Perfil sociográfico dos respondentes.

Identificação	1	2	3	4	5	6	7
Idade	22	25	25	26	35	38	38
Ano de conclusão do ensino médio	2013	2009	2009	2008	2001	Não lembra	2013
Profissão	Cabelereira	Recepcionista	Recepcionista	Desempregado	Estagiária	Recepcionista	Auxiliar de Serviços Gerais
Tempo semanal para estudo	2h	+ 4hs	1h	+ 4hs	1h	+ 4hs	1h
Participação anterior em cursos EAD	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Possui computador em casa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Dificuldades no disciplina	Tempo disponibilizado para realização das atividades	Dificuldades no acesso ao sistema	Tempo disponibilizado para realização das atividades	Falta de clareza nas informações prestadas pelo tutor	Tempo disponibilizado para realização das atividades	Dificuldades no acesso ao sistema	Sentiu falta de material impresso
Comportamento do supervisor	Mais de 24h para atendimento	Mais de 24h para atendimento	Mais de 24h para atendimento	Mais de 24h para atendimento	até 24h para atendimento	Mais de 24h para atendimento	Mais de 24h para atendimento

Conforme apresentado no Quadro 1, sobre o ano de conclusão do ensino médio, 80% dos entrevistados estavam sem estudar há mais de 5 anos. No que se refere à dedicação aos estudos para as disciplinas ofertadas em modalidade EAD, considerando o tempo semanal para estudo, 80% possuem mais de 4 horas semanais para estudo. Quando questionados sobre sua literacia com relação à EAD, mais de 90% não possuíam conhecimentos prévios sobre plataformas virtuais de aprendizagem. Sobre utilização de computadores em residência, 99% dos respondentes possuem computador em casa. Sobre os indutores às dificuldades no desempenho da disciplina, 50% dos entrevistados atribuíram ao tempo disponibilizado para realização das atividades; 30% dos entrevistados atribuíram às dificuldades de acesso; 10% atribuíram à falta de clareza nas informações prestadas pelo tutor e outros 10% à falta de material impresso.

Importância do coordenador de curso para o controle da evasão.

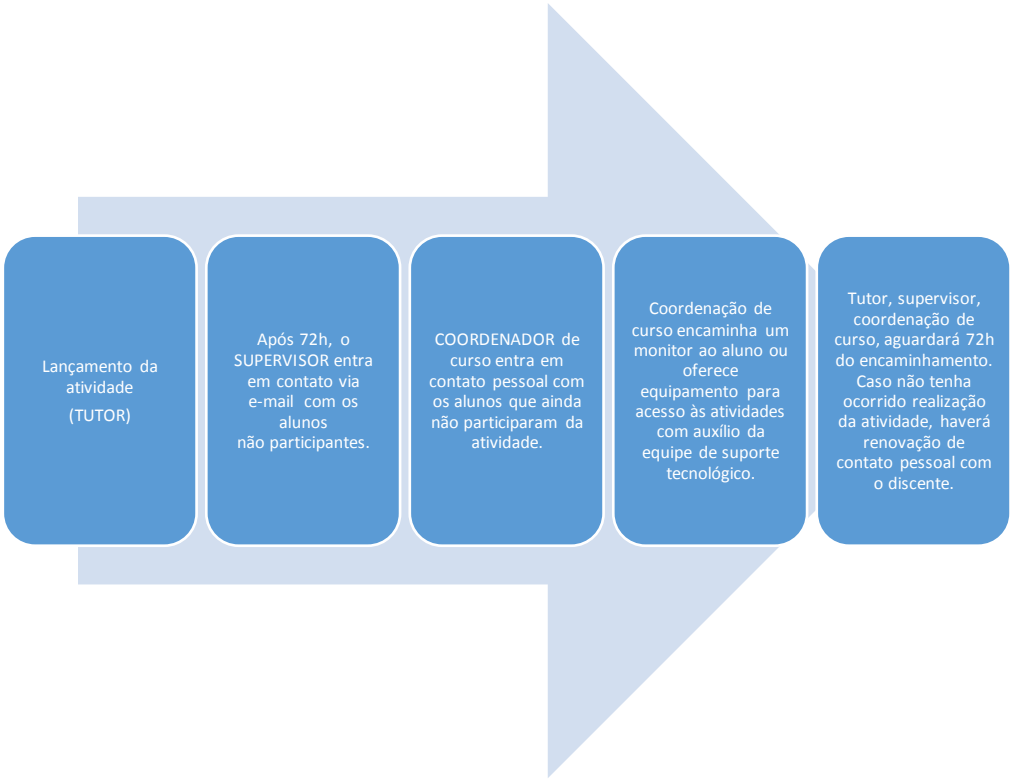
Na ótica das referências atribuídas à evasão, verifica-se que os índices repetidos pelos pesquisados têm em conta carências pessoais, como falta de tempo para realizar as atividades e a ausência de contato com disciplinas virtuais em momento pretérito à graduação. Para Fernandes (2016), "a perda de alunos ainda é tratada como uma decorrência darwiniana de evo-

lução por seleção natural, sendo aceitável dentro das universidades que os alunos sem condições – acadêmicas, financeiras ou psicológicas – não concluam o ensino superior". Outrora, levando em consideração que na educação superior a inserção tecnológica é uma realidade irrenunciável, é preciso que haja um comprometimento das instituições de ensino superior no que concerne ao controle da evasão nas disciplinas em EAD.

Há muitos anos, o coordenador de curso deixou de ser o profissional responsável apenas pelos cuidados pedagógicos do curso. A literatura atribui a este profissional basicamente quatro dimensões distintas a ser observada e aplicada: funções políticas, funções gerenciais, funções acadêmicas e funções institucionais (FRANCO, 2006). Cada uma delas representa, de alguma maneira, qualidades atribuíveis a um bom gestor na educação superior, como por exemplo, de liderança reconhecida pelos alunos e professores (função política); de estímulo e controle de frequência dos discentes (função gerencial); de proposição de atualização do projeto pedagógico de curso (função acadêmica) e de articulação de ações capazes de alcançar índices satisfatório no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (institucionais). Nessa perspectiva, tem-se a figura do coordenador como o profissional responsável pelos diferenciais de qualidade do curso e, trazendo essa ideia para presente pesquisa é necessário observar quais as atividades atribuíveis ao coordenador de curso que sejam capaz de controlar a evasão dos cursos/disciplinas à distância.

No caso das disciplinas em EAD há atores, além do aluno e professor, que participam do desenvolvimento do curso ao longo do cumprimento da carga horária, como os supervisores, os profissionais do suporte tecnológico, os *designers* e o coordenador de curso. Para tanto, propõe-se um modelo de fluxo de ações que colocam os principais agentes envolvidos com as disciplinas a distância no contato imediato com o discente em risco de evasão (FIGURA 3).

Figura 3: Proposição de fluxo de controle à evasão escolar



A apresentação (Figura 3) acima leva em consideração a necessidade de se promover o desenvolvimento de uma relação de confiabilidade do discente com a instituição, uma vez que há pesquisas sobre o assunto na qual apresentam esse aspecto com um fator essencial à redução dos índices de evasão. Nessa linha, Sylvia (2007) expõe essa visão, nos seguintes termos:

> Responsáveis acadêmicos, técnicos e administrativos do curso devem ser leais e comprometidos não só com a organização que o oferece, como com os alunos. Estes, por sua vez, necessitam acreditar na idoneidade da organização, ter confiança nela, para que seus esforços de aprendizagem se robusteçam. Tradição, respeitabilidade acadêmica da instituição de ensino, práticas evidenciadas no dia-a-dia da interação, que sejam consistentes com os discursos da instituição, são alicerçadoras de relacionamentos profícuos.

Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino superior, dedicadas à implementação de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, em especial, inclusão de disciplinas nas modalidades em EAD, estabeleçam uma conexão com os fatores externos aos aspectos técnicos, bem como estabeleçam uma articulação interativa de interdependência entre os setores administrativos e acadêmicos para que possa ser alcançado o objetivo de retenção dos alunos em risco de evasão.

Considerações finais

Este estudo teve o objetivo de analisar quais as questões consideradas expressivas às atitudes dos discentes que abandonaram disciplinas virtuais. Contudo, considerada a limitação do ambiente selecionado, o instrumento utilizado justifica apenas de maneira perfunctória quais os aspectos que necessitam de maiores cuidados para o bom desenvolvimento da disciplina. Ainda assim, especificamente, logrou-se entender alguns indutores à evasão escolar, bem como possibilidades de ações institucionais que suportassem a prevenção a este fenômeno.

A evasão escolar é uma realidade nos espaços acadêmicos, independente da modalidade de ensino. Quando o enfoque está na EAD, os números são ainda mais expressivos e justificam reflexões teóricas e procedimentais sobre como mitiga-la. Quando a evidência está na evasão escolar, notadamente, emergem questões sociais e culturais que impactam sobremaneira na permanência dos estudantes nos espaços acadêmicos. É certo que existem políticas que visam ampliar o acesso das pessoas à educação superior, entretanto, há de se reter os estudantes e prover meios de garantia de permanência nos estudos.

A instituição de ensino superior (IES), ambiente deste estudo, conta com serviços especializados de apoio ao discente e que podem contribuir para a redução da evasão escolar. Dentre estes serviços estão as atividades realizadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e as atividades realizadas pelo Núcleo de Extensão. Paralelamente, ainda há programas de monitoria acadêmica que subsidiam práticas de inclusão escolar.

Não se esperava aqui esgotar as discussões sobre a evasão escolar. Pelo contrário, trata-se de uma oportunidade de iniciar as reflexões sobre a importância de se entender esta questão, visto que implica em relações sociais e culturais, além de ressaltar a importância das coordenações de curso como agente gestor corresponsável pela qualidade dos processos acadêmicos dos cursos e da fidelização e retenção dos estudantes. De acordo com a pesquisa proposta, inicialmente foi considerado que a literatura moderna atribui à inclusão digital um fator determinante na evolução da educação e, segundo Belloni (2001, p.101), uma das grandes tendências na educação do futuro é a harmonização do ensino convencional com a educação a distância. Em suas palavras, "o uso de tecnologias de informação e comunicação e de metodo-

logias oriundas da experiência e do conhecimento produzido no campo da EAD aparece como melhor solução para tornar mais eficientes e produtivos os sistemas de ensino convencionais."

Nessa linha, foi observado que no plano normativo há anos já se tem a preocupação em promover a expansão de sistemas de informação em todos os níveis e modalidades de ensino, cujo objetivo maior é promover a democratização do ensino. No caso específico da educação superior à Lei de Diretrizes e Bases consignou a responsabilidade do Poder Público em incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância. Outrora, em que pese haver todo um estudo técnico e regulamentações legislativas em torno da necessidade de inserção digital na educação superior, ainda há obstáculos a serem enfrentados à efetividade e eficiência dos cursos à distância, em especial, os índices de evasão dos discentes.

As disciplinas virtuais possuem atributos diferentes das disciplinas presenciais o que coloca em realce a necessidade de se analisar quais os aspectos mais tendentes a ensejar o abandono e/ou a não conclusão dos cursos em EAD. Para tanto, a presente pesquisa promoveu uma delimitação ambiental, às turmas de serviço social de 2015 e 1º/2016 da Faculdade Projeção de Ceilândia, Distrito Federal, considerando que a unidade é caracterizada por atender uma população pertencente às classes "D" e "E", que potencialmente estão em busca de transformação social por meio do ensino.

Verificou-se, dessa maneira, que os índices repetidos pelos pesquisados têm em conta carências pessoais dos discentes o que ensejou a necessidade de se considerar às instituições da educação superior um comprometimento maior ao controle da evasão. Nessa linha, a coordenação de curso se coloca como essencial ao controle e supervisão das saídas e desistência dos alunos matriculados, haja vista que a possibilidade dele intermediar e avaliar de maneira mais incisiva sobre as situações que possam ensejar a evasão dos alunos. Para tanto, foi apresentado um modelo de fluxo de ações que colocam os principais agentes envolvidos com as disciplinas à distância no contato imediato com o discente em risco de evasão, uma vez que a literatura especializada sobre o assunto discorre no sentido de que há vários fatores capazes de levar à desistência de curso, e, no caso específico da EAD, a relação de confiabilidade se mostra como um diferencial à manutenção dos alunos.

Em síntese, diante de uma situação de dificuldade, o aluno pode encontrar diversas razões para desistir do curso, porém, se encontrar na instituição, nos colaboradores envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, uma relação de lealdade e confiabilidade, é possível que ele consiga superar o(s) obstáculo(s) à continuidade do curso à distância. (VERGARA, 2007) e é nesse sentido que esta pesquisa apresenta um protótipo de instrumento ao controle institucional que poderiam contribuir para a redução da evasão, o que, por sua vez, pode ser apenas uma medida paliativa, dependente de outros aspectos e agentes externos ao controle institucional.

Referências

ABED. *Relatório Analítico de Aprendizagem a Distância no Brasil* – 2013. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf>. Acesso em 10 jun 2016.

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação à distância***.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____**.** Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002.

_____. Educação a distância e mídia-educação na formação profissional. *Revista eletrônica de jornalismo científico*, 2012. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/ce/ap/AP20111109_Maria_Belloni.pdf>. Acesso em: 10 jun 2016.

BRASIL, MEC/SESu, *Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.* Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 5.622, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação.

CODEPLAN, *Relatório do Perfil da População de Baixa Renda do Distrito Federal*, 2011. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/demografia.html. Acesso em 21 de julho de 2016.

_____, *Relatório 2013 com a distribuição da população das RAs por nível educacional*. Disponível em:<http://brasiliaemnumeros.codeplan.df.gov.br/main.html.> Acesso em 20 de julho de 2015

DE OLIVEIRA, Gleyva Maria Simões. A educação a distância no contexto educacional brasileiro. 2006. Disponível em: <http://200.129.241.113/uab/images/artigos_site_uab/ead_contexto_educacional.pdf.> acesso em 20 de julho de 2016

DOS SANTOS SILVA, Maria Goretti; DA SILVA, Cristina Vicente. A INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CURRÍCULO DO CURSO DE LETRAS, NAS MODALIDADES EaD E PRESENCIAL, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ/UESC-BA. Disponível em <www.abed.org.br>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

FRANCO, Edson. As funções do coordenador de curso ou como construir um coordenador ideal. *Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.* 2006. Disponível em: <http://http://www.abmes.org.br/arquivos/publicacoes/ABMESCaderno8.pdf >. Acesso em 20 de julho de 2016.

FERNANDES, João Carlos Lopes; DE SOUZA, Mônica Maria Martins. EVASÃO DE ALUNOS EM DECORRÊNCIA DAS SUAS CARÊNCIAS.*Brasil Para Todos-Revista Internacional*, v. 3, n. 2, p. 114-119, 2016.

FERREIRA, Marcello e CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. A institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Público Brasileiro: análise do Sistema Universidade Aber-

ta do Brasil. *Revista Unisinos*. V.19. nº 2, 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07> Acesso em 13 de julho de 2016.

FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cristiano Cleber**.** *Metodologia do Trabalho Científico:* Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.. 2. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

GOMES, Alberto Albuquerque. *Evasão e Evadidos: O discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura*. 1998. 175 f. 1998. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Estadual Paulista, Marília.

GONÇALVES, Elisandra Pereira. Como" construir" o coordenador ideal, com base em experiência vivida. *Revista Gestão Universitária*,[S. 293], n. 254, p. 1-4, 2006. Disponível em <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/como-construir-o-coordenador-ideal-com-base-em-experiencia-vivida> Acesso em 13 de julho de 2016.

MARTINS, Ronei Ximenes et al. Por que eles desistem? Estudo sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância. 2013. Disponível em <http://repositorio.ufla.br/handle/1/3127> Acesso em 13 de julho de 2016.

MORAN, José Manoel. O que é educação a distância. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose_Moran5/publication/228846830_O_que__educao_a_distncia/links/5539133d0cf247b8587fc8c9.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2008. Acesso em 13 de julho de 2016.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, NEAD/Projeção. Relatório enviado em 10 de julho de 2016.

PRETTO, Nelson De Luca; ASSIS, Alessandra. Cultura digital e educação: redes já. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder, *In: Congresso brasileiro de ensino superior a distância*, 10, 2013, Belém. Anais...Belém: UNIREDE, 2013. p. 1-15.Disponível em: <http://books.scielo.org/id/22qtc/pdf/pretto-9788523208899-06.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2016

SISTEMA PHIDELIS/PROJEÇÃO, intranet, disponível em http://phidelis.projecao.br/ acesso em 10 de julho de 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. Estreitando relacionamentos na educação a distância. *Cadernos EBAPE*. br, v. 5, n. SPE, p. 01-08, 2007. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512007000500010&script=sci_arttext>, acesso 18 de julho de 2016.